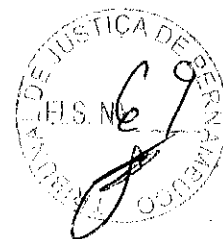




TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



HABEAS CORPUS Nº 0202170-9

198

COMARCA: Lagoa do Ouro – Vara Única

IMPETRANTE: Dr. José Augusto Branco e outro

PACIENTE: Diógenes Vieira Marques

PROCURADORA: Drª Adriana Fontes

RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS PREVENTIVO. HOMICÍDIO. DESFUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO CONSTRITOR. INOCORRÊNCIA. FUGA DO PACIENTE. GRAVIDADE DO DELITO. REPERCUSSÃO SOCIAL. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA PREVENTIVA.

I – Verificando-se que o Paciente, desde o cometimento do delito, permanece foragido, impõe-se a decretação de sua custódia cautelar, a fim de se assegurar a aplicação da lei penal.

II – Justifica-se, ainda, o encarceramento provisório do Paciente na garantia da Ordem Pública, tendo em vista a gravidade do delito a si atribuído, mormente pelo modo como foi perpetrado e o motivo que o originou, além da repercussão social causada.

III – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº **0202170-9**, em que são partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do Relatório e Votos anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 27 de 01 de 2010


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



109

HABEAS CORPUS Nº 0202170-9

COMARCA: Lagoa do Ouro – Vara Única

IMPETRANTE: Dr. José Augusto Branco e outro

PACIENTE: Diógenes Vieira Marques

PROCURADORA: Drª Adriana Fontes

RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

RELATÓRIO

O Bel. **José Augusto Branco** e outro, amparados no Art. 5º, inciso LXVIII, da CF/88, c/c Art. 647 e ss., do CPP, impetraram ordem de *Habeas Corpus* preventivo, com pretensão liminar, em favor de **DIÓGENES VIEIRA MARQUES**, qualificado às fls. 02, apontando como autoridade coatora o Juízo da Vara Única da Comarca de Lagoa do Ouro-PE, que decretou, nos autos do Inquérito Policial nº 44/99, a prisão preventiva do Paciente (fls. 21/23), tido como suspeito do assassinato de **Reginaldo Bezerra da Silva**, ocorrido em **15/10/2009** (fls. 13).

Em síntese, alegam os impetrantes a **inexistência das hipóteses autorizadoras da custódia cautelar**, tendo em vista que o Paciente não fugiu do distrito da culpa, apenas tentou se livrar do suposto flagrante. Argumentam, ainda, descaber a medida extrema com base na gravidade do delito, na repercussão social que teria causado, bem como na suposição de ser o Paciente irmão do ex-prefeito e tio do atual, tidos como pessoas influentes na cidade, nada havendo nos autos que se refira a tais parentescos. Referem que o Paciente não registra antecedentes criminais (fls. 34) e tem residência fixa (fls. 35), pelo que pleiteiam a revogação do decreto construtivo, com a consequente expedição de salvo conduto.

À inicial foram acostados os documentos de fls. 13/36.

Às fls. 43/44, indeferi o pleito liminar, ocasião em que solicitei informações à autoridade dita coatora, que as prestou (fls. 50/53 e 62/65), relatando o trâmite processual.

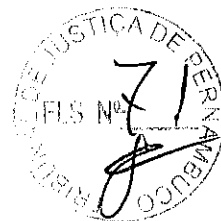
A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Drª Adriana Fontes, opinou pela denegação da ordem (fls. 57/60).

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



110

VOTO

Cuida-se de *Habeas Corpus* preventivo, impetrado em favor de **DIÓGENES VIEIRA MARQUES**, qualificado às fls. 02, apontando como autoridade coatora o Juízo da Vara Única da Comarca de Lagoa do Ouro-PE, que decretou, nos autos do Inquérito Policial nº 44/99, a prisão preventiva do Paciente (fls. 21/23), tido como suspeito do assassinato de **Reginaldo Bezerra da Silva**, ocorrido em **15/10/2009** (fls. 13).

Os impetrantes pleiteiam a revogação do decreto construtivo e a consequente expedição de salvo conduto em favor do Paciente, argumentando que **inexistem as hipóteses autorizadoras da custódia cautelar**, eis que o Paciente não fugiu do distrito da culpa, apenas buscou se livrar do suposto flagrante. Aduzem não serem bastantes à sua segregação provisória a gravidade do delito, a repercussão social que teria causado, bem como a suposição de ser o Paciente irmão do ex-prefeito e tio do atual, tidos como pessoas influentes na cidade, nada havendo nos autos que se refira a tais parentescos. Acrescentam que o Paciente não registra antecedentes criminais (fls. 34) e tem residência fixa (fls. 35).

Conforme informou o Juízo singular (fls. 50/53 e 62/65), a Autoridade Policial representou, em **15/10/2009**, pela decretação da prisão preventiva do Paciente, ante sua fuga do distrito da culpa (fls. 13/14), tendo o Ministério Público opinado no mesmo sentido (fls. 15/20), vindo a ser decretada a custódia cautelar em **16/10/2009** (fls. 21/23), tendo os autos retornado à distrital para continuidade das investigações, concluindo-se o Inquérito Policial com o indiciamento do Paciente.

Referiu que o decreto construtivo fundamentou-se em dois requisitos do Art. 312, do CPP: **a) assegurar a aplicação da lei penal**, ante a evasão do Paciente, ressaltando que o mandado de prisão ainda não foi cumprido; **b) para garantia da Ordem Pública**, em virtude das circunstâncias em que o crime foi praticado e da repercussão que gerou na sociedade, de modo a não se alimentar a crença de que apenas as pessoas pobres e sem influência social são submetidas às determinações legais.

Relatou que, de acordo com os depoimentos prestados, o Paciente teria comparecido à casa do irmão da vítima, de nome **Renato Serafim da Costa**, para cobrar uma dívida que este teria com aquele. O devedor havia vendido uma casa para pagar suas dívidas, mas em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



111

pagamento recebera uma motocicleta, e a oferecera ao Paciente como pagamento da dívida, o que não foi aceito, iniciando-se uma discussão, ocasião em que o Paciente sacou de um revólver. A vítima dos autos, **Reginaldo Bezerra da Silva**, tentou defender o irmão devedor, findando por levar o tiro que veio a causar-lhe a morte.

Asseverou que a informação de que o Paciente, **DIÓGENES VIEIRA MARQUES**, é irmão do ex-prefeito, **MARQUIDOVES VIEIRA MARQUES**, é de conhecimento de qualquer pessoa da pequena Comarca de Lagoa do Ouro-PE, sendo facilmente constatável pelos nomes.

Findou por destacar que os motivos que ensejaram o decreto prisional foram a **fuga do Paciente**, a **gravidade do delito**, e a **repercussão social** consistente na sensação de impunidade da população, pois caso contrário se reforçará o entendimento de que os integrantes da família do ex-prefeito, o qual é bastante influente na região, podem praticar crimes de homicídio e ficarem livres das imposições legais.

Passo à análise dos argumentos contidos na impetração.

Inicialmente, destaco que a Magistrada singular afirmou, no decreto preventivo (fls. 22), não ter havido, naquela oportunidade, tempo hábil para a juntada aos autos do Laudo Pericial Tanatoscópico, ressaltando, por outro lado, que a **materialidade** e a **autoria delitivas** estão demonstradas pelos depoimentos testemunhais colhidos (fls. 24/33).

Apesar de os impetrantes terem questionado dita assertiva (fls. 04), não existe a menor dúvida acerca da prova da materialidade do crime versado nestes autos, visto que esta pode ser suprida pela prova testemunhal – o **exame do corpo de delito indireto**, nos termos do Art. 167, do CPP, o que, aliás, foi mencionado pela Togada monocrática. Ademais, não se pode olvidar que o exame do corpo delito direto pode ser realizado a qualquer tempo, ao longo da Ação Penal, que sequer foi iniciada.

Nesse sentido:

"STJ: "PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ART. 121, § 2º, I E IV. EXAME DE CORPO DE DELITO. NULIDADE. NECESSIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



112

I - **A falta do exame de corpo de delito não pode obstar a persecução criminis in iudicio. Ela não retira, aí, a admissibilidade da demanda, porquanto a despeito de o referido exame ser, em regra, realizado antes do oferecimento da denúncia, tal fato não se apresenta como uma exigência intransponível, capaz de determinar a nulidade de toda a ação penal, até porque o exame de corpo de delito pode ser realizado a qualquer tempo e a sua falta pode ser suprida pelo exame de corpo de delito indireto e pela prova testemunhal (art. 158 c/c art. 167, do CPP). (Precedentes)**

II - Resta devidamente fundamentado o r. decisum que decretou a prisão preventiva, com o reconhecimento da materialidade do delito, de indícios de autoria, e expressa menção à situação concreta que se caracteriza pela garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e aplicação da Lei Penal. (Precedentes).

III - Condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si só, ensejar a liberdade provisória, se há outros fundamentos nos autos que recomendam a manutenção da custódia cautelar dos pacientes.

(Precedentes).

Habeas corpus denegado." (HC 36.200/BA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/02/2005, DJ 14/03/2005 p. 393).

Assim, estão atendidos os **pressupostos** para decretação da custódia cautelar, eis que, assim como a materialidade, os indícios de autoria delitiva estão assentes nos depoimentos e declarações de fls. 24/33.

Quanto às **condições de procedibilidade** da segregação provisória, esta, igualmente, restou atendida, nos termos do Art. 313, do CPP, porquanto o crime atribuído ao Paciente – homicídio – é doloso e apenado com reclusão.

No tocante aos fundamentos da prisão preventiva, vê-se que a Juíza singular embasou o decisum constritor na **garantia da Ordem Pública** e para **assegurar a aplicação da lei penal**.

Pelo teor da Inicial deste writ observa-se que a **fuga** do Paciente do distrito da culpa, embora negada pelos impetrantes, restou,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



113

induvideosamente, comprovada pelos próprios impetrantes. Eis que a justificativa para dita evasão embasou-se no pretense direito do Paciente de se livrar do flagrante (fls. 05). A ausência, que se deu após o cometimento do delito, em **15/10/2009**, persiste, não tendo sido cumprido o mandado de prisão expedido em desfavor do Paciente, conforme informou a Juíza *a quo*.

Tal fato, a evasão do distrito da culpa, após o cometimento do homicídio, é motivo bastante à decretação do encarceramento preventivo do Paciente, para assegurar a aplicação da lei penal, revelando-se acertada a decisão monocrática, que se coaduna com entendimento sumular desta Corte e precedente jurisprudencial, ora colacionados:

"A fuga do distrito de culpa constitui motivação idônea para justificar prisão preventiva." (Súmula 089-TJPE).

*"STJ: "Recurso em habeas corpus – Réu acusado de homicídio qualificado (meio cruel), já pronunciado – Prisão preventiva decretada à vista de sua fuga do distrito da culpa, na fase instrutória – Despacho devidamente fundamentado – Precedentes: STF e STJ. **Se não bastasse a gravidade do delito atribuído ao réu, a sua fuga do distrito da culpa justifica, ante tempus, a prisão preventiva, quer para a regularidade da instrução criminal, quer para a futura execução da pena.** Despacho de prisão preventiva devidamente fundamentado, mantendo-se em consonância com precedentes da Suprema Corte e deste Tribunal" (sem grifos no original) (RSTJ 106/439).*

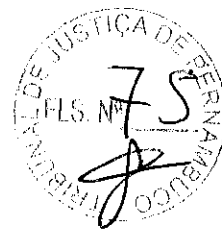
Se o fundamento anteriormente esboçado revelou-se bastante à prisão preventiva do Paciente, não se pode, por outro lado, ignorar a **gravidade do crime** cometido na pequena cidade de Lagoa do Ouro-PE, inclusive em face do suposto motivo do seu cometimento – cobrança de dívida, como se a vida humana valesse menos do que R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais); e o modo como se deu – a ida do suposto infrator, devidamente armado, à residência daquele que lhe devia o mencionado valor, RENATO SERAFIM DA SILVA, findando por ceifar a vida do seu irmão, a vítima REGINALDO DA SILVA, que tentou defender o parente no momento do disparo da arma.

São circunstâncias que revelam concretamente, a periculosidade do acusado, ora Paciente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



114

Além disso, como tem sido comum naquele município a fuga dos que cometem delitos de homicídio, consoante relatou a Magistrada singular, a banalização da impunidade gera, sem dúvida, sensação de insegurança e descrédito nas instituições públicas, mormente em relação à Justiça. *In casu*, além da fuga, o Paciente é tido como irmão do ex-prefeito e tio do atual, de modo que o descrédito no Poder Público assume maior relevância.

Importa observar que o referido parentesco, embora não comprovado documentalmente nestes autos, é de conhecimento geral da população local e da Juíza a quo, consoante informado às fls. 52 e 64. Ademais, parentes de um prefeito numa cidade do interior de pequeno porte não são, obviamente, desconhecidos, sobretudo por residirem no mesmo lugar.

Assim, é patente a repercussão do crime em Lagoa do Ouro-PE, tanto por sua gravidade, como pelo sentimento de que os homicidas que fogem da cidade, após o cometimento desses crimes, ficam protegidos sob a blindagem da impunidade. E se assim é com aqueles que não pertencem a famílias influentes, mais razão de ser haverá quando o provável criminoso possui esse tipo de parentesco, como é o caso dos autos. Aliás, ainda de acordo com o relato judicial, transita normalmente pela cidade o pai da companheira do ex-prefeito, acusado por crime de homicídio (fls. 52 e 64), o que sem dúvida é exemplo do que foi dito.

Desse modo, em razão da gravidade do delito imputado ao Paciente, bem como ante a repercussão social causada pelo mesmo, além da necessidade de se resgatar a credibilidade da própria Justiça, entendendo justificar-se a invocação à garantia da Ordem Pública como outro fundamento ao encarceramento preventivo do Paciente, devendo ser mantida a decisão monocrática também nesse ponto.

De acordo com esse escólio, reproduzo recente aresto do STJ:

"HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PACIENTE, POLICIAL MILITAR, DENUNCIADO POR SUPOSTA INTEGRAÇÃO EM QUADRILHA DESTINADA À PRÁTICA DE GRAVES DELITOS, TAIS COMO TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS, ROUBOS E HOMICÍDIOS. PARTICIPAÇÃO APURADA POR MEIO DE INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS REALIZADAS DURANTE A FASE POLICIAL. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA PARA RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA, DA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Terceira Câmara Criminal

Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho

115



APLICAÇÃO DA LEI PENAL E DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PARECER DO MPF PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM. ORDEM DENEGADA.

1. Julio Fabbrini Mirabete (in Código de Processo Penal Interpretado, 8ª ed., São Paulo: Atlas, 2001, página 690) ressalta que **o conceito de ordem pública não deve se limitar a prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas também acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça, em face da gravidade do crime e de sua repercussão. Alerta, contudo, que, embora seja certo que a gravidade do delito, por si só, não basta para a decretação da custódia, a forma e execução do crime, a conduta do acusado, antes e depois do ilícito, e outras circunstâncias podem provocar imensa repercussão e clamor público, abalando a própria garantia da ordem pública, impondo-se a medida como garantia do próprio prestígio e segurança da atividade jurisdicional.**

(...)

5. Parecer do MPF pela denegação da ordem.

6. Ordem denegada." (sem grifos no original) (HC 117.017/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 18/06/2009, DJe 03/08/2009).

Por fim, estando presentes todos os requisitos da prisão preventiva, descabe qualquer alegação no tocante aos **atributos pessoais favoráveis** ostentados pelo Paciente, consistentes, no caso concreto presente, em não registrar antecedentes criminais e possuir residência fixa, conforme pacífico entendimento firmado pela jurisprudência:

"STJ: "A primariedade, os bons antecedentes e a residência e o domicílio no distrito da culpa são circunstâncias que não obstam a custódia provisória, quando ocorrentes os motivos que legitimam a constrição do acusado" (JSTJ 2/267).

Ante o exposto, em consonância com o Parecer da douta Procuradoria de Justiça Criminal, **denego a ordem.**

É como voto.

Recife, 27 de Janeiro de 2010


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator